



ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2020, NA PLATAFORMA ONLINE MICROSOFT TEAMS – COM A PRESENÇA DOS MEMBROS TITULARES: Átila Robson Pinheiro (RPR), Lucas de Almeida Alves (RPR), Roseli Kraemer Esquillaro (RPR), Giulia Patitucci (SMDHC), Raquel Pimenta (SIURB), Rodrigo Medeiros (SMDDET), Kelseny (CDHGLG), Alderon Costa (Rede Rua), Janaína (RPR), Adriano (SMSUB). **MEMBROS SUPLENTE:** Girlândia Santana (Reciclázaro), Juliana Quarenta (SMDHC), Simone (SEHAB), Robson Correia de Mendonça (RPR), Regina Maria Manoel (OAF), Patricia Rizzardo (Instituto Human), Maria Lisabete Santiago (SMADS). **PARTICIPANTES:** Silvane Silva (Gab. Erika Malunguinho), Cássia (Projeto a Cor da Rua), Julia Lima (Gab. Eduardo Suplicy), Luciana (Gab. Juliana Cardoso), Maria Magdalena, Daniel (CAPS Lapa), Nayara (CRESS SP), Nina Laurindo (NDDH/Fórum da Cidade), Renata, Rosiene (Gab. Soninha).

A Sra. **Giulia (SMDHC)** iniciou a reunião com o retorno dos encaminhamentos. Informou que foi recebida a resposta do Tribunal de Justiça sobre despejos, foi compartilhado por e-mail os documentos que regulamentam desligamentos nos serviços de acolhimento em SMADS. Também, foi compartilhado por e-mail a taxa de ocupação dos serviços de acolhimento em SMADS. Informou que foi encaminhado ofício para banheiros permanentes, para Bom Prato gratuito permanente, e também ofício solicitando aprovação integral do projeto de lei que aprova requisição de vagas em hotéis (LEI Nº 17.268, DE 13 DE JULHO DE 2020) e réplica ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Como informe, trouxe a aprovação da LEI Nº 17.268, DE 13 DE JULHO DE 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de combate à pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no Estado de São Paulo. Também informou sobre a inauguração de 100 vagas em hotéis pela SMADS para população idosa em situação de rua acolhida na rede socioassistencial. Informou que houve uma reunião entre a sociedade civil e as Secretárias Berenice Giannella e Cláudia Carletto. Também, convidou a todos a participarem do “Participe+!”, acessando <http://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>. Entre 11/07 a 23/07 está





aberta a votação de propostas para o orçamento municipal de 2021, na aba "Orçamento Cidadão".

A Sra. **Giulia (SMDHC)** informou sobre o calendário do Comitê PopRua e convidou a população para participar dia 20/07/2020 da Reunião do Subcomitê da Política Municipal para a população em situação de rua, que discutirá o decreto regulamentador da Lei 17.252/2019. Também retomou a nomeação do subcomitê permanente de zeladoria urbana, que ficou na seguinte composição: Roseli Kraemer, Robson Mendonça, Alderon Costa, Atila Pinheiro, Girlândia Silva, Lucas Amaral, Elisângela, Luiza Rodrigues, Regina Manoel, Anderson Miranda. Houve consenso.

A Sra. **Giulia (SMDHC)** iniciou a discussão da **primeira pauta**, sobre desligamentos da população em situação dos equipamentos, informando que se tratou de uma discussão trazida pela sociedade civil na reunião com as Secretárias. A Secretária Berenice propôs que o Comitê PopRua sugerisse as diretrizes a serem seguidas. Para tal, a Sra. Giulia apresentou alguns pontos importantes da Portaria 21 - Normas Técnicas SMADS - que regulamenta o trabalho dos equipamentos. O documento possui as diretrizes para que os serviços de forma autônoma construam seus regimentos internos. A **Sra. Maria Lisabete (SMADS)** informou que a nota técnica está sendo revista dentro da SMADS, por ser de 2010. Trouxe também o conteúdo da nota técnica n. 02 da SMADS feita para o combate ao Coronavírus, informando que se o usuário for desligado por uma falta severa, o coordenador do serviço deve articular com o CREAS para ele ir para outro equipamento. Reforçou como funciona a SMADS: a maioria dos equipamentos são conveniados - eles possuem os gestores de parceria, que fazem visitas com regularidade os serviços. Tendo notícias de alguma infração, vão fiscalizar.

A Sra. **Kelsen (CDHLG)** sugeriu que esse dispositivo de obrigatoriedade de vagas caso haja desligamento previsto na nota técnica da covid-19 seja incorporado na normativa que está sendo revista em SMADS, como política permanente; reforçou a necessidade de possuir um sistema que monitora a ocupação de vagas, para que todo o serviço que tivesse que registrar o desligamento - comunicasse para SMADS. O **Sr. Atila (RPR)** conversa no chat do Microsoft Team e solicita que conste em ata pois não conseguiu falar e o celular iria





acabar a bateria; informou que em sua opinião as políticas atuais estão com práticas desumanas; reforçou que o problema é que os profissionais são desprezados e entidades não possuem redes de comunicação com a rede de serviços públicos e que nunca se escuta os usuários nem da situação de rua e de equipamentos. O **Sr. Robson (MEPSR)** informou que esses problemas existem há muito tempo; pediu que tomassem cuidado com as punições, pois a poprua não precisa ter privilégio, precisa de justiça; opinou que os motivos de desligamentos são muito nebulosos. A **Sra. Roseli (RPR)** pontuou que, em sua opinião, o Gabinete de SMADS não sabe o que ocorre no território. A **Sra. Rosiene** disse que já foi contemplada sobre o encaminhamento para outros serviços independente da pandemia, porque ela é acionada muitas vezes por pessoas que são colocadas na rua, até com criança; pediu mais atenção relacionada ao vínculo que as pessoas possuem com o território na hora do desligamento, uma vez que isso tem consequências; pediu também que se estude como fazer com a utilização de armas brancas nos centros de acolhida, já que apesar serem proibidos, as pessoas entram nos equipamentos com armas brancas podendo causar problemas sérios aos conviventes. O **Sr. Alderon (Rede Rua)** elogiou o ato pacífico e positivo e com propostas sólidas feito pelo MNPR e MEPR na quarta-feira passada; sugeriu que o regimento tenha princípios, tais como: 1) Serviço para pessoas livres, o serviço não pode ser a continuidade do sistema carcerário, 2) Serviço de inclusão e não de exclusão, 3) Seja um espaço de mediação de conflitos; 4) Que os técnicos tenham uma formação humanizada; 5) Pelo fim das restrições; pediu também que os desligamentos sejam analisados, por exemplo, se tiver equipamento que tenha muito desligamento é possível ter uma supervisão de SMADS com a equipe da ponta; pontuou que restrições generalizadas não podem acontecer; pediu também para registrar em ata o elogio ao fato de os conselheiros do poder público estarem presentes na reunião. A **Sra. Kelseny (CDHLG)** fez uma proposta que seja incluída na normativa uma sessão que regulamenta o procedimento de desligamento, mediante justificativa, notificação e garantia de transferência para outro equipamento. Paralelo a isso, que a SMADS implante um sistema de monitoramento de desligamento - onde as equipes dos serviços tenham que fazer o registro (seja por descumprimento do regimento, seja por outro motivo), que esse sistema seja





também monitorado pela Ouvidoria da SMDHC para prevenir desligamentos arbitrários. A **Sra. Cássia** pontuou a necessidade de discutir sobre problemas de saúde mental, perguntou quais são os procedimentos, e como estão sendo encaminhados pessoas em situação de rua com problemas de saúde mental; reforçou a importância sobre treinamento dos trabalhadores da assistência. A Sra. **Girlandia (Reciclázaro)** pontuou que questões de saúde mental, drogadição e alcoolismo são grandes motivos que ocasionam desligamento no centro de acolhida; pontuou que é necessário investir na capacitação dos seus profissionais, trazendo cursos que ajudem a trabalhar as questões de forma intersetorial; pontua que não adianta pensar o modelo de regimento interno sem formação para os trabalhadores; ressaltou uma ótima formação que ocorreu em parceria entre a SMADS e UNESCO em 2017 para os trabalhadores da ponta. A **Sra. Nayara** informou que é assistente social e que trabalha com poprua no município de Santos; ponderou que é necessário retomar os planos de trabalho apresentado pelas OSCs e que estes devem ser aprovados em Conselhos de Assistência; reforçou o papel do COMAS de São Paulo de analisar o Plano de Trabalho e se manifestar, se for o caso. O **Sr. Lucas (RPR)** pontuou a necessidade de se respeitar os territórios dos usuários; levantou juntamente com a Dra. Ana do Consultório na Rua do Pari, que os desligamentos prejudicam pessoas que estão realizando tratamento de TB; pontuou que os pacientes com TB devem ter vaga fixa.

A Sra. **Maria Lisabete (SMADS)** fez comentários aos pontos levantados. Com relação ao monitoramento dos desligamentos, informou que o SISA hoje prevê que os equipamentos lancem o desligamento e o motivo, porém o que normalmente vem marcado é “infração ao regulamento e ao regimento interno”, sem maiores qualificações sobre o dado; mas pontuou que gostou da proposta de se aproximar de serviços que apresentam um número muito grande de desligamento. Com relação a essa questão, reforça o trabalho sério das gestoras de parcerias, como por exemplo, toda a denúncia é aberto um processo de investigação no SEI, isso é encaminhado para as SAS, para que se veja a apuração das denúncias. Esse processo de encaminhamento é realizado diariamente. Informou também que os casos como pessoas que possuem TB já são considerados por SMADS, porque entendem que é necessário sensibilizar os equipamentos no território. Outra coisa





importante é a questão da capacitação, neste ano SMADS investiu bastante na capacitação dos Centros POP para fortalecer os trabalhadores, porque entendiam que era um ponto importante. Lembrou que a SMADS repassa mensalmente verba de horas técnicas para as OSCs e os serviços podem contratar profissionais para fazer formação. Reforçou a importância de elaboração de legislação para fiscalizar e orientar os serviços.

A **Sra. Kelseny (CDHLG)** sugeriu que SMADS traga os dados do SISA de desligamento para o Comitê: quantos, em quais equipamentos e os motivos elencados, para que o Comitê PopRua possa trabalhar melhor nesse tema. Pontuou que seria interessante apresentar um recorte temporal. O **Sr. Adriano (SMSUB)** reforçou também a necessidade de capacitação dos trabalhadores da ponta, dada a rotatividade. Sugeriu que o Comitê PopRua faça um plano de capacitação de aprimoramento técnico para os trabalhadores da ponta. A **Sra. Giulia (SMDHC)** sugeriu que essa discussão da formação seja tema de outra reunião e traz o resumo de todos os questionamentos pontuados anteriormente, propõe então como encaminhamentos: (i) Enviar a proposta à SMADS e rediscutir com base na revisão que o grupo de trabalho em SMADS já está realizando; (ii) SMADS traga os dados do SISA de desligamento para o Comitê, quantos, em quais equipamentos e os motivos elencados.

A **Sra. Giulia (SMDHC)** deu início à **segunda pauta** sobre a proposta de serviço de acolhimento em barracas. A **Sra. Rosiene** fez uma sugestão de locais para barraca: futuro SESC Parque Dom Pedro, Autorama no Ibirapuera, estacionamento do sambódromo, sambódromo, praças "sem uso", ex: ao lado viaduto Antártica, ao lado do west plaza. O **Sr. Alderon (Rede Rua)** reforça os pedidos da Rede Rua em ofício enviado em maio. *Solicitando a disponibilização de espaços em terrenos desocupados, clubes e ou estádios de futebol (que não serão utilizados na implantação de hospitais de campanha), para implantação de barracas individuais para a população em situação de rua que se encontra desabrigada na capital, com as devidas observâncias de distanciamento social, até que cesse o perigo de contágio dessa população.* Sugeriu que nestes espaços sejam distribuídos kits de higiene para cada acampado, bem como, caso não haja no local, implantação de equipamentos para banho e banheiros químicos com a garantia de limpeza





diária dos mesmos. Também, que seja garantido a essa população a alimentação diária durante o período de acampamento. Que todos os acampados sejam informados do fluxo de atendimento de saúde às pessoas em situação de rua com suspeitas ou confirmadas de contaminação do COVID. E por fim, que a SMADS e a SMS mantenham profissionais que orientem e acompanhem os acampados. Também solicitou para a Coordenação pedir a apresentação da Vereadora Soninha feita na Reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. A **Sra. Cássia** sugeriu que poderia ser encaminhada uma solicitação para uso compulsório de edifícios vazios para acolher a população em situação de rua. A **Sra. Roseli (RPR)** opinou que a estrutura seria uma área coberta com banheiro e alimentação. A **Sra. Julia** sugeriu a existência de banheiro e lavanderia; controle por educadores; espaçamento mínimo de 2 metros por barraca; limite de 20 barracas por espaço (ou outro número, a se discutir aqui); disponibilidade de materiais para limpeza do espaço; escala entre os que estarão no espaço para a limpeza da área. A **Sra. Nina Laurindo** também informou que seria necessário um espaço com banheiro, chuveiro e lavanderia; espaço para refeição, material de higiene e limpeza; partição/presença da equipe de saúde; educadores. O **Sr. Lucas (RPR)** questionou que é necessário também pensar em portas de saída, mercados de trabalho. É imprescindível ter uma equipe da saúde e ter um trabalho em rede. A **Sra. Regina (OAF)** informou que é necessário um espaço que traga segurança, que tenha higiene, possibilidade de banheiros, água. O Comitê precisa pensar se essa situação é de emergência ou se é uma política estruturada. Caso for estruturada, é necessário pensar com mais calma. O **Sr. Alderon (Rede Rua)** concordou com a Regina, mas pontuou que como a demanda é urgente, o Comitê encaminhasse a proposta para SMADS e para o COMAS e posteriormente o Comitê discute, com mais insumos.

A **Sra. Giulia (SMDHC)** finalizou a pauta elencando pontos trazidos pelo Comitê. Informou também que levará a proposta à SMADS, mas reforçou que a discussão não se encerra dentro do Comitê.

A **Sra. Kelseny (CDHLG)** trouxe uma sugestão de recomendação para ser encaminhada à SMADS com relação a hotéis para a população em situação de rua. Apresentou os cinco pontos e as considerações desta recomendação. A **Sra. Giulia**





(SMDHC) perguntou se alguém se coloca contra o envio da recomendação. Como ninguém se opôs, o encaminhamento da recomendação foi aprovado. Após retomar os encaminhamentos, a reunião foi finalizada.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Compartilhar link no mailing:
http://participemais.prefeitura.sp.gov.br/budgets#section_help
2. Nomeação do Subcomitê Permanente de Zeladoria Urbana, publicar: Roseli Kraemer, Robson Mendonça, Alderon Costa, Atila Pinheiro, Girlândia Silva, Lucas Amaral, Elisângela, Luiza Rodrigues, Regina Manoel, Anderson Miranda.
3. Encaminhar a proposta relacionada aos desligamentos de SMADS para que eles façam comentários e tragam opiniões, para ser rediscutido no Comitê de agosto – incluir na pauta de agosto o tema de desligamentos.
4. Solicitar para SMADS os dados de desligamento no SISA de janeiro a julho de 2020, dividido por trimestre.
5. Discutir temas importantes para formação para os trabalhadores da ponta da SMADS na Reunião Ordinária de agosto.
6. Solicitar à Vereadora Soninha apresentação feita na reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal.
7. Encaminhar proposta de acolhimento em barracas para SMADS e incluir tema na Reunião Ordinária do Comitê PopRua de agosto.
8. Encaminhar recomendação de hotéis para SMADS.
9. Encaminhar ofícios para o mailing do Comitê.





Assinam a ata:

MEMBROS TITULARES

Átila Pinheiro (RPR) _____

Lucas de Almeida Alves (RPR) _____

Alderon Pereira da Costa (Rede Rua) _____

Kelseny Medeiros Pinho (CDHLG) _____

Roseli Kreamer (RPR) _____

Janaina Lima (RPR) _____

Fabiana da Silva Pires (SMS) _____

Raquel Pimenta (SIURB) _____

Giulia Pereira Patitucci (SMDHC) _____

Rodrigo Medeiros (SMDDET) _____

Adriano Camargo (SMSUB) _____

MEMBROS SUPLENTE:

Robson Correia de Mendonça (RPR) _____

Regina Maria Manoel (OAF) _____

Maria Lisabete Santiago (SMADS) _____

Juliana Quarenta (SMDHC) _____

Girlândia Santana (Reciclázaro) _____

Simone Cândido (SEHAB) _____

Patricia Rizzardo (Instituto Human) _____

